"POLÍTICA JUDICIAL LATINO-AMERICANA EM UMA PERSPECTIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA"

RELATO DE UM DIÁLOGO INTEGRADOR

Vinícius Alves Barreto da Silva
Mestrando em Teoria e Filosofia do Direito – UERJ
Articulador Fórum Justiça
Link do Relatório: www.forumjustica.com.br/pb/cat-biblioteca/documentos/

1. Introdução

O seminário "Política Judicial Latino-Americana em uma Perspectiva da Defensoria Pública", ocorrido no Museu da República (Rio), nos dias 07 e 08 de maio de 2015, foi marcado pelo diálogo e troca de experiências acerca do acesso à justiça e a atuação da Defensoria Pública na América Latina. Trata-se de uma proposta do Fórum Justiça, apoiada pelo Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul – BLODEPM, a Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP, a Secretaria da Reforma do Judiciário – MJ, a ONU Mulheres e outras instituições e agentes do Estado que se identificaram com os seus objetos. Pretendeu aprofundar reflexão específica com as Defensorias Públicas sobre estruturas de suporte a direitos com funcionalidade democrática, de forma a avançar sobre o tema do acesso à justiça com participação popular.

2. Objetivos

Objetivo Geral:
Reunir e articular pesquisadores, movimentos e organizações da sociedade civil e agentes do Sistema de Justiça na busca pelo aperfeiçoamento e fortalecimento de mecanismos de democracia funcional no âmbito do sistema de justiça.

Objetivos específicos:
(i) Incidência da Defensoria Pública e de outros atores do sistema de Justiça na Cúpula Judicial Ibero-Americana;
(ii) Proposição de campanha para a Convenção Regional de Acesso à Justiça;
(iii) Construção de sentido a modelo integrador de justiça e funcionalidade democrática.

3. Metodologia

As atividades preparatórias
Para a construção do Seminário, foram realizadas três atividades preparatórias em dezembro de 2014, fevereiro e março de 2015. Todas elas tiveram lugar na Faculdade de Direito da UERJ.

Metodologia utilizada
Em todos as atividades preparatórias e no Seminário, os participantes foram dispostos em círculo ou em forma de "U" de modo a proporcionar o diálogo horizontal entre os três segmentos presentes. O Seminário contou com três etapas de desenvolvimento e a sessão de encerramento. A primeira delas correspondeu a um momento de debate e reflexão, referenciado por marcos teóricos, resultados de pesquisas, diagnósticos, entre outros. A segunda referiu-se ao momento dos Grupos de Trabalho e a terceira etapa à plenária de apresentação e aprovação do documento final.

4. Galeria

Movimentos e organizações sociais,acadêmicos e atores do sistema de justiça de Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela debateram o acesso à justiça na Am. Latina.

Créditos: Cláudia Ferreira

5. Conclusões

O Seminário avançou na articulação de atores latino-americanos, com o intercâmbio de horizontes de atuação e de militância e na leitura do sistema de justiça em chaves pouco usuais como interseccionalidade e modelo de desenvolvimento. Sua relevância relaciona-se com o fato de ter promovido um debate inaugural sobre uma Convenção Regional de Acesso à Justiça voltada para os desenhos institucionais e mecanismos funcionais que garantam participação popular no sistema de justiça. Também contou com a presença do movimento indígena, tendo sido o primeiro evento do Fórum Justiça a discutir a pauta do pluralismo jurídico e de suas demandas específicas de acesso à justiça.

6. Referências

ASOCIACIÓN INTERAMERICANA DE DEFENSORÍAS PÚBLICAS. Diagnóstico de la Defensoría Pública en América, 2012.
AVRITZER, Leonardo. Experiências Nacionais de Participação Social. São Paulo: Ed. Cortez. 2009;
FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da Justiça. In IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel (Coords.). Igualdade, Diferença e Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
LAVIGNE, Rosane M. Reis. Fórum Justiça: Política Judicial em Debate. R. EMERJ, Rio de Janeiro, vol. 18 – nº 67 (Edição Especial), 2015.
SADEK, Maria Tereza (Org.). Sistema de Justiça. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
SOUZA, José Augusto Garcia de (coord.). Uma nova Defensoria Pública pede passagem: reflexões sobre a Lei Complementar 132/09. Editora Lumen Juris, 2011.
ZAFFALON, Luciana Leme Cardoso. Participação Social na Defensoria Pública: Inovações Democráticas na Esfera do Sistema de Justiça.2010. 192 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2010.

Organização: fórum justiça
Apoio: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; FORDFOUNDATION; DHPJS; ANADEP; ONU MULHERES; SAL-MJ